



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



GT: Trabalho Docente e História da Educação.

OS MOVIMENTOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E A DEFINIÇÃO DE NOVAS FRONTEIRAS NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

Yago Bezerra Pessoa¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo central a discussão sobre os recentes movimentos de privatização da educação básica brasileira e a definição de novas fronteiras na relação entre os setores público-privado na lógica de capitalismo neoliberal, através da qual são definidas ações na execução de políticas educacionais e/ou na gestão de instituições escolares por conglomerados empresariais de natureza privada que almejam lucros com o dinheiro público. Para tanto, apoiamos as reflexões aqui empreendidas nos estudos realizados por Peroni (2013; 2015; 2020), efetivamente debruçados sobre os avanços da privatização da educação básica não somente no Brasil, mas em toda a América Latina. Além dessas pesquisas, dialogamos com a reportagem “O experimento” de Aníbal (2024), recentemente publicada na Revista Piauí, trazendo um apanhado das experiências de privatização que estão em curso nos estados brasileiros do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Privatização. Capitalismo Neoliberal.

INTRODUÇÃO

Não é espantoso dizer que a insana busca por movimentos de privatização da educação brasileira venha na mesma esteira dos ataques à democracia testemunhados nos últimos anos, não somente no Brasil, assim como também em outros países com governos democráticos bem mais fortalecidos e com instituições até mais sólidas que as nossas. Segundo Lowy (2016), na história mundial dos dois últimos séculos, a democracia tem sido tratada como algo diferente e até estranho aos países capitalistas, como sendo uma pedra no sapato do estado, das classes dominantes e do capital financeiro. Ele conclui que, no Brasil, “[...] mesmo democracia de baixa intensidade era intensa demais para as classes dominantes e o capital financeiro” (LOWY, 2016, p. 61).

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), na área de concentração em Linguística e Língua Portuguesa, com fomento de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e Graduado em Letras-Português pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor efetivo da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza-CE. E-mail para contato: y.bezerra@hotmail.com.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Desse modo, não é por acaso o constante flerte e a por demais corrupta relação entre os governantes do estado, as classes dominantes e os representantes do capital financeiro. A esse movimento de verdadeira “conspiração” contra o espírito público e democrático, o sociólogo Jessé Souza (2019) deu o nome de “elite do atraso”. Para o autor, os novos capitalistas financeiros passam a ter um gigantesco poder de chantagear a política e o Estado, como nos casos em que alguns fundos de investimentos que estão em um país ameaçam mudar para outro, caso os seus desejos mais obscenos por lucro e por isenções fiscais não são atendidos, dilapidando pouco a pouco, não somente a autonomia do Estado, como também o pacto democrático estabelecido entre as classes.

Diante deste cenário de impasses na democracia e na oferta da educação básica de financiamento público, apresentaremos algumas reflexões acerca das experiências de privatização que estão em curso no Brasil. No presente momento histórico em que vivemos alguns governantes afinados com a direita e por que não dizer com a extrema-direita estão leiloando instituições escolares ao setor privado, responsável pela gestão das unidades. Numa cena grotesca de um teatro decadente, o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, vem martelando os seus contratos de privatização da gestão de escolas estaduais, com evidente prazer em seu gesto de desprezo pela dimensão pública da política de educação. Infelizmente, o governador de São Paulo não está sozinho. Estão nesse time da privatização os governadores do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior e de Minas Gerais, Romeu Zema, todos eles dedicados com afinco a esta causa.

Na próxima seção, analisaremos algumas dimensões da política de privatização da educação básica no Brasil e os seus novos contornos entre o que se entende por público e por privado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao pretendermos investigar os caminhos pelos quais estão sendo trilhados os movimentos de privatização da educação básica brasileira, inicialmente se faz necessário a construção de um consenso acerca da temática que aqui será apresentada e refletida. Nesse consenso, precisamos entender, enquanto pesquisadores, que a privatização da educação básica deixou de ocupar um espaço no plano ideológico do capitalismo neoliberal, que sempre esteve à espreita das receitas governamentais destinadas às políticas públicas sociais de larga escala, com sua eterna sede de poder, lucro e controle, vindo a se materializar em experiências concretas e/ou naquilo que o mercado das privatizações chama de teste-piloto da parceria público-privado e que estão em curso de execução nas mais diferentes regiões e redes de ensino público do país.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



De acordo com Peroni (2020), o movimento de privatização do setor público de educação básica acontece em duas correntes: a primeira delas pode ser implantada através do modelo de execução e direção das instituições escolares, nas quais o setor privado conduz e define a oferta da educação de uma determinada rede de ensino; a segunda delas se realiza através do modelo de direção, cuja adesão tem sido dominante nas experiências de privatização do Brasil, na qual o setor privado tem o controle da direção das políticas públicas ou das escolas de uma determinada rede de ensino, mantendo-se a propriedade pública dos equipamentos, mas sendo determinado pelo setor privado o seu conteúdo e o seu projeto político-pedagógico.

Conforme o exposto, este segundo modelo de privatização implica na supressão de estímulos públicos para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, afinal, a política educacional sempre exerceu importante protagonismo no estabelecimento de parâmetros sociais para a construção da cidadania, da reflexão crítica e da liberdade de pensamento. No entanto, pelo que revelam os dados levantados por esta pesquisa, os estados brasileiros do Paraná, São Paulo e Minas Gerais não parecem considerar como primordial a tarefa governamental de domínio, gestão e execução das políticas públicas de educação básica em suas redes de ensino, apesar da grande luta contrária que vem sendo encabeçada pelos sindicatos representantes da categoria docente nesses distintos estados federativos, desde ações de protesto e greves até a judicialização da discussão.

Quando colocamos em análise os movimentos de privatização das redes públicas de ensino básico no Brasil, devemos considerar a dicotomia que há entre dois projetos de sociedade que são totalmente antagônicos e cuja coexistência sempre será conflituosa. Segundo Peroni (2020, p. 2), nesse debate está a “relação entre o público e o privado como um projeto societário em disputa, vinculando público ao coletivo e democrático e o privado, ao individualismo, tanto na perspectiva neoliberal quanto neoconservadora”.

Assim sendo, novas fronteiras entre público e privado passam a ser desenhadas e a interferir nos rumos da própria democracia brasileira. Mesmo quando reconhecemos que os espaços escolares de educação básica estão, em sua maioria, sob a posse pública dos governos, grande parte de suas ações, tais como a formação continuada de professores, as rotinas, os conteúdos pedagógicos e a gestão são movimentos definidos por grandes empresas privadas que controlam o desenho pedagógico e capturam do domínio coletivo os rumos da política educacional (PERONI, 2015).

Desse modo, a privatização do público pode ocorrer com ou sem mudança de propriedade. É o que Rikowski (2017) traz acerca da privatização da e na educação, sendo que a privatização da educação, que ocorre via capitalização e privatização na educação, é a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas e não envolve propriedade. Dá-se na disputa pelo conteúdo, em um projeto de restauração de classe. Para o autor, a privatização da educação, como capitalização, não se restringe apenas a uma privatização



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



da educação, mas também sinaliza o avanço do capitalismo. É uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro: a educação torna-se capital. Trata-se do desenvolvimento capitalista na educação. (PERONI, 2020).

Salientamos o nosso entendimento do conceito de democracia, com base na definição feita por Peroni (2013, p. 1021), através da qual “[...] a democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social”. Desse modo, quando verificamos a ocupação da política pública da educação pelo setor privado em redes de ensino do Brasil, seja na direção ou na gestão dos equipamentos, testemunhamos o enfraquecimento do controle e da fiscalização exercidas por organismos da sociedade civil. O poder de participação autocrítica dos sujeitos sociais é subtraído em prol dos interesses de lucro do setor privado que passa a controlar e a definir os caminhos da política educacional, sem que para isso sejam convidadas ao debate as mais distintas entidades representativas da classe de professores, tampouco dos alunos, suas famílias e/ou a sociedade em geral.

De acordo com a reportagem de Aníbal (2024), os experimentos de privatização das escolas públicas por empresas privadas são estruturados a partir de testes-piloto, como são chamados. No estado do Paraná duas escolas estaduais estão passando por esse experimento, desde fevereiro de 2023. As duas empresas são vinculadas a grupos de ensino privados: o Consórcio Espaço Mágico/Sudeste, vinculado à Rede de Ensino Apogeu, um grupo empresarial de Juiz de Fora; e a Tom Educação, vinculada ao Consórcio Insígnia Social do Grupo Rede Educacional Decisão, de São Paulo. Esse movimento foi criado pelo governo estadual por meio do Programa Parceiro da Escola, destinado a testar a privatização da administração de escolas estaduais. No mês de junho, o governo paranaense aprovou na Assembleia Legislativa do Paraná um projeto que prevê a privatização de 204 escolas estaduais, cerca de 10% de toda a rede de ensino.

No Brasil, não há precedente na privatização de escolas públicas por grupos privados interessados em lucros, como o que acontece no Paraná. Em São Paulo, o governo estadual anunciou o projeto Novas Escolas, que pretende construir 33 escolas que serão administradas por empresas terceirizadas durante 25 anos. Na capital paulista, o prefeito Ricardo Nunes pretende conceder a gestão de 20 escolas municipais a grupos privados. Em Minas Gerais, o governo estadual por meio do Programa Somar, entregou à gestão privada a administração patrimonial e pedagógica de 2 escolas estaduais, descumprindo a função de Estado de contratar professores por meio de concurso público. O interesse do governo mineiro é de expandir a privatização para mais 80 escolas. É importante destacar que nenhum desses modelos de privatização passou por qualquer tipo de consulta pública à comunidade escolar, apesar de terem sido rechaçados pelos sindicatos de professores e estando alguns deles sob processos de judicialização em instâncias do Judiciário.



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

26 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de privatização das escolas públicas que ofertam a educação básica no Brasil tem se apresentado como um sólido projeto neoliberal de transformação das receitas públicas em lucros para determinados grupos empresariais do setor privado. Como exposto por Aníbal (2024), esses modelos de administração tendem a fragilizar as relações de contratação de professores em regime temporário, pois são muitas as denúncias de demissões sem motivação. Além do fato de enfraquecer a política de incentivo aos concursos públicos, a privatização faz da escola um espaço de controle do interesse privado, em total desarmonia com o estabelecimento de parâmetros democráticos de participação social, de fortalecimento de uma educação de crianças e jovens para o exercício crítico da cidadania na sociedade moderna e cada vez mais pautada no individualismo.

Na lógica de um capitalismo de vigilância constante das ações e dos desejos do homem, tal como descrito por Zuboff (2021), o interesse pela renderização de todas as dimensões do fazer humano chega também ao direito à educação. O setor privado, a fim de simular um falso avanço na educação, tende a pressionar professores e forjar resultados de aprendizagem. Como falsamente alegam os governantes da privatização, esses projetos não focam apenas na administração dos equipamentos públicos, pois as suas garras sequestraram a dimensão pedagógica desses espaços escolares, desvirtuando a natureza dialética do ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANÍBAL, F. O experimento. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, v. 216, p. 38-43, Setembro, 2024.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; KLIN, D.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. p. 61-69.

PERONI, V. M. V. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate In: ALMEIDA, L. C. et al. (org.). **PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação**. Campinas: **Cedes**, 2013. p. 1021-33.

PERONI, V. M. V. (org) **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.